

ESSER SILVA & MOISÉS DE LEMOS MARTINS

esser.jorge@gmail.com; moisesm@ics.uminho.pt

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE – CECS
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL**

A CULTURA DA ENTRONIZAÇÃO E DA ETERNIZAÇÃO DA ELITE POLÍTICA

RESUMO

Para além de outras contingências, as consequências práticas da entrada em vigor da lei da limitação dos mandatos¹ revelaram uma tendência da elite política para o cultivo de estratégias de residência permanente nos lugares de representação. As atitudes sequentes dos políticos, colhidos pela legislação, em procurar, imediatamente, outros cargos com visibilidade e poder na administração pública ou em passar dos órgãos executivos para os órgãos deliberativos, denunciam, genericamente, uma cultura política estabelecida e uma predisposição propensa ao torneamento de regulamentos, verificando-se, desse modo, uma fórmula similar de funcionamento das diversas organizações partidárias e um espírito pariforme na interpretação do fenómeno político pelos seus agentes.

PALAVRAS-CHAVE

Elite política; cultura política; organizações partidárias; administração pública

1. INTRODUÇÃO

Até que o agente se dê conta das possibilidades de construção de uma narrativa durável, apenas conta com a experiência de outros profissionais da política cujo passado, já constituído como uma linearidade, demonstra, como se de uma regra geral se tratasse, a existência da possibilidade da transformação da atividade política em atividade profissional (Steyvers & Verhelst, 2012). A construção social da longevidade nos cargos

¹ Conhecida como a lei da delimitação dos mandatos, a lei nº. 46/2005 de 29 de Agosto entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2006 mas os seus efeitos práticos só se deram nas antevésperas das eleições autárquicas de 2013.

políticos decorre, antes de mais, da construção social da realidade (Berger & Luckmann, 1967) que atribui ao político capacidades extraordinárias de se tornar num ser indispensável (Ansell & Fish, 1999; Bourdieu, 1984), alguém cujo desaparecimento é genericamente creditado como ‘uma perda irremediável’. Qualquer que seja o lugar por si ocupado, o agente político investe ativamente na sua permanência (Bourdieu, 1984) alimentando, ou fazendo alimentar, o imaginário da desgraça (Pondé, 2004) como cenário certo na sua ausência, assim alimentando-se e fazendo alimentar, em público, a sua figura como possuída pelo dom da graça (Weber, 2005).

O cunho insubstituível envolve o profissional da política quando este se revela útil num qualquer aspeto considerado premente e urgente pela comunidade que o elege. Quantas mais angústias coletivas forem solucionadas pela intervenção do político executor, mais os seus recursos enquanto agente fator engrossam e, em simultâneo, mais o seu crédito aumenta junto da assembleia eletiva (Bourdieu, 1984; Vasquez, 1998). Com o crédito acumulado, um encantamento carismático expresso no reconhecimento por todas as obras feitas passa a acompanhar o agente (Weber, 2004), inscrevendo-se, na sua biografia, uma espécie de currículo profissional não só conhecido mas também celebrado como uma bênção da sociedade que o acolhe. Nessa altura, o político profissional passa a gozar de um crédito ilimitado (Bourdieu, 1981) impossível de contradizer que lhe permite, praticamente, declarar as suas intenções para que a maior parte da assembleia anua segundo um pragmatismo acrítico (Martins, 2011), ao mesmo tempo que o desagrado dos críticos reforça mais a perspetiva de ingratidão dos mal-agradevidos e menos qualquer premissa alternativa aos constrangimentos decorrentes da relação desigual traduzidos na “impossibilidade de eficazmente (...) responder” (Almeida, 1984, p. 609), assim exortando a censura ativa, na maior parte das vezes silenciosa, dos acríticos.

A comunidade de eleitores constitui-se na causa produtora das estratégias e das práticas identificadas como necessárias e úteis ao esperado e ansiado, enquanto o resultado positivo ou negativo produzido junto dessa sociedade votante ganha foro de consequência da ação (Weber, 2001) do agente político sem que, contudo, se esgotem nesta circularidade de interesses individuais e reconhecimento coletivo, a totalidade dos mecanismos produtores da *inter-relação* e de construção recíproca entre o indivíduo e a totalidade (Giddens, 1984), que é o mesmo que dizer, o político e a sociedade (Weber, 2010).

2. DISPOSITIVOS E ESTRATÉGIAS

Nos sistemas políticos os mecanismos de controlo funcionam como dispositivos de resguarda do funcionamento das instituições (Foucault, 1975). É missão desses dispositivos sustentar a arquitetura ideológica de um sistema organizacional com o objetivo de funcionar autonomamente mas em solidariedade e interdependência funcional das partes dissemelhantes que formam essa comunidade política (Herepath, 2014). Estes dispositivos são um “olhar panóptico sobre a sociedade” (Martins, 1990, p. 35) e constituem-se em entidades produtoras de “crenças que organizam práticas” nas quais a política se torna constituída por “técnicas polimórficas de *fazer crer*” (Martins, 1990, p. 59). Assim como a proibição de se falar na política na década de 1930 não inibiu a formação de “discursos complexos, entrecruzados, subtilmente hierarquizados e articulados à volta de um feixe de poder” (Martins, 1990, p. 64), a abertura às possibilidades de contraditar, manifestar e afirmar a diferença (Berger, 2002), não rompe com o *habitus* instituído nem promove a mudança das práticas, exatamente porque estas se suportam em alicerces muito profundos, inscrevendo a extensão dos dispositivos passados em novas figurações de controlo na malha mental do presente.

Os sistemas eleitorais e de governo democráticos incorporam a diversidade consubstanciada na existência de contrapontos distintos igualmente interessados na disputa do espaço eleitoral e na luta pelos lugares de representação (Botelho, 2014; Bourdieu, 1981). Segundo as perspetivas estruturo-funcionalistas das ciências sociais, essa diversidade está submetida a um poder coercivo colocado nas mãos da totalidade (Durkheim, 2001) que é transformado em faculdade sancionatória sobre aqueles a quem é entregue um mandato eletivo (Parsons, 1991, 1963) e que pode ser assim enunciado: quem detenha o poder de um mandato e, logo, o poder de decidir por outros, está perante a possibilidade da sujeição coletiva de práticas consideradas indesejadas, colocando-se, desta forma, defronte de epítetos tendentes a manchar a imagem e o currículo, ferindo desta forma as asas do desejo do futuro percurso político (Gallagher & Mitchell, 2006).

Enquanto mecanismos de controlo – e propulsores de autocontrolo – os dispositivos funcionam como tecnologias exteriores aos profissionais da política e são localizados, para além do conjunto de indivíduos que compõem a comunidade eletiva, na totalidade societal, incluindo aquela parte que se manifesta pela ausência e pelo silêncio aparente (Martins, 1990). Apesar desta exterioridade, da afirmada diversidade e as cantorias épicas ao poder coercivo – portanto poder do povo –, os mecanismos de controlo

tendem a intrometer-se e a inverter o sentido de “quem controla quem” (Foucault, 1975) surgindo estratégias de submissão da totalidade através de um conjunto de “táticas disciplinares” resultante do uso de “tecnologia tradicional da obediência” (Martins, 1990, p. 69).

O poder da totalidade revela-se assim um poder aparente porque limitado por um dispositivo da moral inscrita nos corpos segundo uma “racionalidade do ‘simples bom senso’ ou do equilíbrio de todas as coisas” (Martins, 1990, p. 69) que, ao estabelecer o enfraquecimento do entusiasmo pela política, encontra o caminho para a entronização e eternização de agentes constituídos em profissionais da política. Neste agir sobre a totalidade, construído sob a intervenção ativa na remoção da efervescência e na promoção da baixa excitação pública sobre os assuntos do campo, localiza-se a fórmula que possibilita aos profissionais da política o seu sucesso em estratégias de longevidade profissional.

3. LONGEVIDADE NA POLÍTICA – ANALOGIAS E SIMILITUDES PARTIDÁRIAS

Em termos de construção mental, o campo político apresenta-se diverso nas suas forças, dinamicamente conflituoso nos seus processos, múltiplo nas suas estratégias e amplamente talentoso nas artes dos seus atores (Weber, 2004). A heterogeneidade partidária é a expressão expectável e, em geral, sempre presente, para vincar as diferenças que subjaz o campo político em regime democrático (Caillaud & Tirole, 2002; Hopkin, 2004).

A duração dos indivíduos nos cargos políticos pode, por um lado, revelar a experiência necessária à manutenção da estabilidade das instituições políticas com vista à concretização de projetos, por vezes complexos (Allen, 2013). Mas, a reivindicação dessa experiência, como fator de necessidade primordial, contém também a afirmação tácita da imutabilidade, ou mudança forçadamente lenta, na ocupação de cargos e, em consequência, a prossecução de formas normalizadas de existir e agir, limitando as dinâmicas de mudança tanto dos meios políticos, como da sociedade enquanto território (re)produtor de si própria (Best & Cotta, 2000). É com o objetivo de se conhecer esta realidade sociopolítica que se recorre a um estudo de caso da conservação nos cargos, realizado a partir da lista dos presidentes de câmaras municipais em Portugal.

Este trabalho baseia-se na estatística colhida anteriormente ao dia 29 de setembro de 2013², vésperas da realização, em Portugal, da primeira

² Agradece-se a Miguel Laranjeiro, Secretário Nacional do Partido Socialista para a Organização (2011-2014), a cedência da base de dados, sem a qual este trabalho não seria possível.

eleição na qual alguns cidadãos foram legalmente impedidos de se candidatar a determinados lugares de representação política³. O crescente aumento de presidentes de autarquias – instituições mais próximas dos cidadãos – entronizados no poder levou à constituição do seu impedimento legal. São também analisadas as transferências do poder dos autarcas impedidos para indivíduos colocados, estrategicamente, numa linha de sucessão antecipada, assim como o caso dos políticos que, ao verem-se impedidos, se transferem para os órgãos legislativos dos municípios.

Imediatamente antes da aplicação da lei da limitação de mandatos, constatava-se que mais de metade das autarquias (51,3%) eram presididas, pelo menos, há mais de três mandatos, enquanto o número de indivíduos estreadantes – ou a concluir o seu primeiro mandato – se cifrava nos 29,5%.

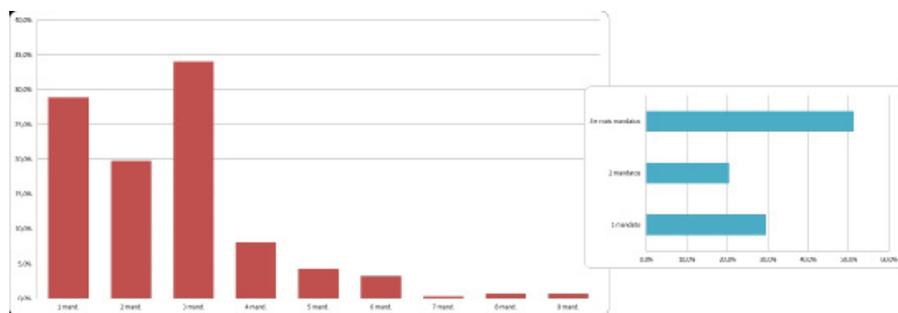


Gráfico 1: Percentagem de concelhos existentes (n=308) em função do número de mandatos em Portugal, em setembro de 2013 (detalhe e resumo)

Por outro lado, os autarcas a finalizarem o seu terceiro mandato constituíam mais de um terço (34,9%) dos líderes municipais em atividade, número bastante distante da possibilidade legada aos candidatos já com dois mandatos (19,8%) e por isso algo demonstrador da diminuição de indivíduos posicionados para a realização do terceiro mandato.

Os mandatos autárquicos instituídos em democracia através da Constituição da República Portuguesa em 1976 sucediam, até 1982, por um período de três anos, tendo sido aumentados para um espaço de quatro anos a partir dessa data. No período compreendido entre 1976-2013 decorreram nove atos eleitorais autárquicos a que correspondeu o mesmo

³ Conhecida como a lei da delimitação dos mandatos, a lei n.º 46/2005 de 29 de agosto entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2006. Na prática estabelecia que, a partir das eleições autárquicas de 2013 estava vedada a eleição, para “o quadriénio seguinte”, de qualquer indivíduo que tivesse realizado, pelo menos, três mandatos consecutivos.

número de mandatos políticos. Uma análise exclusiva tendo em vista a uma estratificação cronológica chama desde logo a atenção para a existência de situações nas quais determinados indivíduos ocuparam a função de presidente de câmara durante exatamente os nove mandatos. Esta longevidade é acompanhada pela existência de município liderados durante sete e oito mandatos pela mesma pessoa.

O somatório do número de presidentes com quatro, cinco e seis mandatos consecutivamente cumpridos atingiu os 50 casos, correspondendo a 15,6%, facto que enuncia uma propensão dos políticos para o apego ao lugar de eleição, assim como também exprime uma certa predisposição para o mercado dos eleitores responder afirmativamente aos apelos de certos candidatos apresentados como indivíduos na posse de particularidades engenhosas e incomuns na relação da oferta e procura eleitoral.

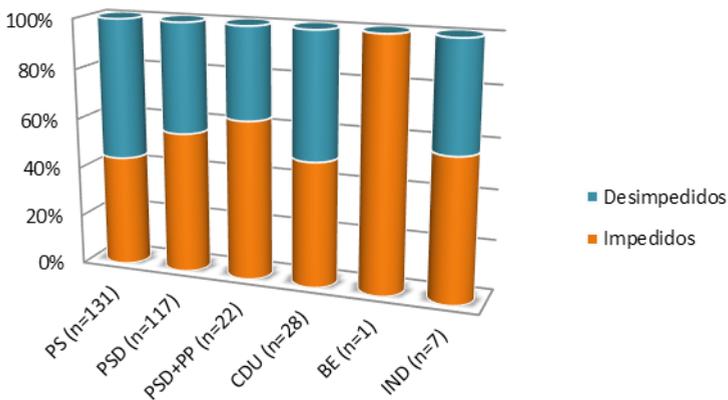


Gráfico 2: Relação entre autarcas impedidos e desimpedidos – setembro de 2013

Excluindo o caso excecional do Bloco de Esquerda (BE) – que presidia apenas a uma autarquia há mais de três –, dos 157 presidentes de câmara municipais obrigados a saírem do sistema político autárquico, o Partido Social Democrata (PSD) em coligação com o Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) apresentava, em termos relativos, o maior número de indivíduos com antiguidade superior a doze anos no poder (63,6%), não muito distante do PSD em estado solitário (56,4%). Todavia, mesmo considerando os casos da Coligação Democrática Unitária (CDU) com 50% e do Partido Socialista (PS) com 44,3% de indivíduos candidatos com mais

de doze anos de *curriculum* presidindo câmaras municipais, os números não se afiguram muito distanciados uns dos outros no que toca à generalidade dos partidos políticos.

A circunstância dos políticos concorrentes às eleições na condição de “independentes”, logo com práticas diferenciadas e distintas, não introduz, neste caso, nenhuma mudança, verificando-se, pelo contrário uma tendência para a repetição dos números (57,1%) de indivíduos com mais de três mandatos autárquicos, constatando-se assim, pelo menos nesta dimensão de análise, uma similitude reprodutiva entre as práticas políticas provindas de organizações partidárias e as provindas de grupos de cidadãos autonomizados.

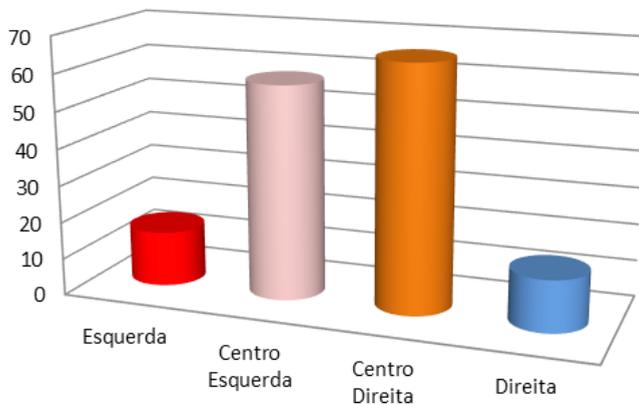


Gráfico 3: Distribuição dos impedidos na divisão esquerda-direita

Na hodierna forma de categorização política, a divisão esquerda-direita idealiza uma simplificação dicotômica e antitética (Bóbbio, 1994) e, apesar das dúvidas muitas vezes levantadas sobre a sua validade (Correia, 2012), é ainda globalmente usada para promover a separação de campos e constituir propriedades explicativas da realização de práticas políticas (Nöel & Thérien, 2008). Trata-se de uma representação social (Cabecinhas, 2004) da política construída como “orientação dos eleitores na interpretação dos fenómenos políticos e na tomada de decisões”, funcionando como um “instrumento para reduzir a complexidade do universo político” que se traduz numa espécie de “código de comunicação” (Freire, 2005, p. 11) adequado a ajudar os indivíduos a reconciliarem-se com um lugar político.

Num exercício em que se atribui a esquerda à CDU (coligação entre o Partido Comunista Português (PCP) e ao Partido “Os Verdes”); a direita ao CDS (neste caso, em coligação com o PSD); o centro-esquerda ao PS e o centro-direita ao PSD, verifica-se, na separação dual que, apesar de se manifestar uma ligeira tendência para a existência de mais indivíduos à direita com narrativas de longevidade, esta não autoriza a declaração de superioridade na produção de autarcas com tendências de resistência. Globalmente, dos 157 indivíduos com *curriculum* excessivo para continuar a presidir autarquias, 73 encontravam-se alojados do lado esquerdo e 80 encostados à direita. Mesmo considerando as divisões no interior de cada uma das díades, o valor observado no limite da esquerda – apenas a CDU – cifra-se em 15 casos, enquanto o centro-esquerda – PS – agrega 58 indivíduos. Do outro lado, o limite da direita – CDS – conta com 14 casos, enquanto o centro-direita apresenta 66 – o PSD.

Isto é, nos interstícios da análise política mais simples e declarada como a mais fácil de integrar o fenómeno político no conhecimento popular, não se vislumbra uma significativa diferença entre os campos colocados em oposição – aparentemente distintos em todas as dimensões –construídos para promover o fervor e a adesão dos indivíduos à participação eleitoral. Tanto na esquerda como na direita, a predisposição dos indivíduos para arquitetar estratégias de resistência nos lugares de representação política revela-se similar e demonstrador da existência de uma questão ampla e a tocar em fundamentos sociais sustentados em disposições com propriedades particulares estabilizadas e manifestadas na relação entre o poder e as suas formas de exercício.

4. AFINIDADE E SOBREVIVÊNCIA ICONOGRÁFICA DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA

Com a interrupção do percurso profissional introduzida pela determinação legal baseada no excesso de anos de mandatos no currículo, delinearam-se estratégias de controlo das consequências pessoais e partidárias no abandonar dos atores políticos detentores do poder nas Câmaras Municipais. Perante este quadro, as narrativas pessoais destes profissionais da política direcionaram-nos para estratégias distintas, umas mais localizadas nas necessidades individuais assentes em razões de ordem económica e outras localizadas na vaidade pessoal e manutenção de estatuto perante a comunidade, ambas atravessadas pelas noções de conservação e projeção da figura do indivíduo com poder.

Dos 157 políticos impedidos de alongar a sua narrativa profissional, 16 desistiram em certo momento do mandato iniciado em 2009-2013 (Tabela 1). Aquando da disputa eleitoral de 2009, a maior parte sabia que esse seria o seu último mandato, pelo que se torna impossível atribuir o abandono antecipado a um facto desligado da atitude consciente e planeada. Portanto, a desistência aqui observada não pode ser levada à conta de uma demissão de quem pretende ir-se embora por mudar de vida, mas sim o delinear de uma estratégia com vista à colocação em prática de um programa com vista a objetivos precisos e concretamente delineados.

O abandono precoce do lugar de presidente de câmara no decorrer do mandato autárquico 2009-2013 (ver Tabela 1) obedeceu a estratégias de cedência segundo planos estabelecidos de acordo com a realidade das configurações particulares de cada geografia partidária. Em geografias dominadas por elites constituídas em clãs e socialmente reconhecidas como poderosas, o poder tratou de ser entregue a uma figura representativa das tramas familiares dominadoras do cenário político local. Nestes casos, a tramitação deu-se segundo um plano estabelecido com alguns anos de existência e que passava por, durante esses anos, se promover um ente, usualmente um “filho-família” com apelido reconhecido, em vista ao seu transporte na hierarquia do reconhecimento da competência sociopolítica⁴.

Em circunstâncias nas quais o capital do político se havia autonomizado e exteriorizado para além da sua geografia eleitoral, o profissional da política, impedido de continuar o seu projeto pessoal, pôde recorrer à rede de relações entretanto construída ao longo da sua vivência na política, antecipando, por um lado, a sua solução particular na forma económica e, em simultâneo, dando perfil a uma solução do partido que, fruto da mudança, passou a dispor de tempo para promover uma nova silhueta política enquanto fazia esquecer a antiga figura.

⁴ O caso de Coimbra no qual Carlos Encarnação, o presidente da Câmara, cedeu antecipadamente o seu lugar a João Barbosa de Melo é coincidente com o facto deste último ser filho de António Barbosa de Melo, fundador do Partido Popular Democrático, Presidente da Assembleia da República entre 1991 e 1995, anos coincidentes com o período em que Carlos Encarnação exerceu, por três vezes, as funções governamentais de Secretário de Estado: Administração Interna (1981), Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares (1990) Adjunto do Ministro da Administração Interna (1991). Retirado de <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=19> e <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=280>

CONCELHO	PARTIDO	NOME	OBSERVAÇÕES
Fundão	PSD	Manuel Frexes	Saída para administrador Águas de Portugal, empresa a quem a Câmara do Fundão devia, à data, 7,5 milhões de Euros ⁵ .
Idanha-a-Nova	PS	Álvaro Rocha	Lugar cedido a Armindo Jacinto – Vice-presidente da Câmara. Vereador durante três mandatos ⁶
Coimbra	PSD/CDS	Carlos Encarnação	Lugar cedido a João P. Barbosa Melo (Vice-Presidente da Câmara), filho de Barbosa de Melo, fundador do Partido Popular Democrático e ex-Presidente da Assembleia da República.
Lousã	PS	Fernando Carvalho	Lugar cedido a Luís Antunes – Vice-presidente da Câmara e filho ex-deputado e ex-presidente Câmara Horácio Antunes (retirado de http://www.asbeiras.pt/2011/11/fernando-carvalho-renuncia-a-presidencia-da-camara-da-lousa/)
Tábua	PS	Francisco Ivo Portela	Lugar cedido a Mário Loureiro – Era Vereador (retirado de http://www.faroldanossaterra.net/2012/05/27/mario-almeida-loureiro-e-o-novo-presidente-da-camara-municipal-de-tabua/)
Évora	PS	José Ernesto Oliveira	Lugar cedido a Manuel Melgão – Vice-presidente da Câmara (retirado de http://www.radio-campanario.com/r/index.php/regional/1556-evora-jose-ernesto-oliveira-cessa-funcoes-de-presidencia-5-meses-antes-do-final-do-mandato)
Montemor-o-Novo	CDU	Carlos Pinto Sá	Lugar cedido a Hortência Menino – Carlos Pinto Sá passou a candidato em Évora (Retirado de http://alvitrande.blogspot.pt/2387500.html)
Albufeira	PSD	Desidério Silva	Lugar cedido a José Carlos Rolo – Vice PC. Desidério Silva foi ocupar o lugar de Presidente da Junta Turismo Algarve (Retirado de http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=131304=
Cascais	PSD/CDS	António Capucho	Lugar cedido a Carlos Carreiras – Vice-presidente da Câmara (Retirado de http://expresso.sapo.pt/actualidade/antonio-capucho-renuncia-a-cargo-de-presidente-da-camara-de-cascais=f700960
Portalegre	PSD	José Mata Cárceres	Lugar cedido a Maria Adelaide Teixeira – Vice-presidente da Câmara (retirado de http://www.cincotons.com/2011/06/mata-caceres-deixa-presidencia-da.html)
Valongo	PSD/CDS	Fernando Melo	Lugar cedido a João Paulo Baltazar ⁷
Cartaxo	PS	Paulo Caldas	Lugar cedido a Paulo Varanda – Vice Vice-presidente da Câmara ⁸
Tomar	PSD	António Paiva	Lugar Cedido a Carlos Carrão – António Paiva demitiu-se e foi para gestor do QREN ⁹
Grândola	PS	Carlos Beato	Lugar Cedido a Graça Nunes – Carlos Beato foi ocupar um lugar no Conselho de administração da Caixa Económica Montepio Geral (retirado de m http://da.ambaal.pt/noticias/?id=2582)

CONCELHO	PARTIDO	NOME	OBSERVAÇÕES
Madalena (Açores)	PSD	José Rodrigues	José António Soares – era vereador e vice-presidente de Câmara (retirado de http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011-05-02-aco-res-presidente-da-camara-da-madalena-do-pico-renunciou-ao-mandato)
Ponta Delgada (Açores)	PSD	Berta Cabral	José Manuel Bolieiro – Era vereador e vice-presidente de Câmara (retirado de http://expresso.sapo.pt/actualidade/berta-cabral-deixa-camara-de-ponta-delgada=f743734)

Tabela 1: Abandonos e cedências do cargo de Presidente de Câmara no decurso do mandato 2009-2013/56789

A cedência da posição do lugar de dirigente máximo autárquico num momento que possibilitasse um período de (re)conhecimento a uma novel personalidade constituiu o plano mais usual. Na maior parte das vezes a cedência não implicou a saída institucional do presidente da câmara eleito mas, quando tal ocorreu, este promoveu o auto esvaziamento deliberado das suas competências principais, entregando-as ao putativo sucessor e passando, entretanto, a ser uma individualidade exclusivamente institucional (Tabela 1). Na prática, deu-se a saída do palco do até aí ator principal para se revelar um novo rosto no lugar da representação o poder. Em geral, nestes casos, estabeleceu-se um acordo delineado nas formas de um negócio entre o experiente de saída e o novel de entrada, formulado debaixo do apoio deste último à candidatura do futuro ex-presidente da câmara ao lugar de Presidente da Assembleia Municipal.

⁵ Manuel Frexes foi indigitado para a Águas de Portugal (AdP), entidade com quem a autarquia de onde saiu mantinha uma dívida de 7,5 milhões de euros. Retirado de <http://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/conflicto-de-dividas-de-manuel-frexes>

⁶ Seguindo um preceito habitual Álvaro Rocha, presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova centrou, exclusivamente nas suas capacidades pessoais de construção do seu destino: “entrei como quis, saio por vontade própria”, disse. Ver notícia da Agência Lusa de 02.05.2013.

⁷ Após ter declarado que levaria o mandato até ao fim, Fernando Melo acabou por ceder o lugar ao número dois da Câmara Municipal de Valongo no decurso do mandato. “Já não gosto de ser presidente. Estou cansado disto”, declarou como argumento para o seu abandono. Retirado de <http://www.jn.pt/local/noticias/porto/valongo/interior/fernando-melo-deixa-camara-de-valongo-2512623.html#ixzz4NGMr3dHo>

⁸ Na hora do abandono antecipado, “questionado sobre se não defraudou as expectativas dos que votaram em si para um mandato de quatro anos, o autarca afirmou que ‘há hoje a consciência de que os líderes trabalham com equipas’, pelo que parte ‘de consciência tranquila’”. Retirado de <http://www.dn.pt/portugal/interior/paulo-caldas-renuncia-a-presidencia-da-autarquia-2082017.html>

⁹ “Aceitei este lugar porque entendi que tinha aqui uma oportunidade não só de representar o município de Tomar e a Comunidade Urbana do Médio Tejo mas também todos os municípios da Região Centro”, explicou António Paiva na hora do abandono da Câmara de Tomar. Retirado de <http://omirante.pt/semanario/2007-12-27/politica/2007-12-27-antonio-paiva-sai-da-camara-de-tomar-para-girar-programa-operacional-da-regiao-centro>

Vejam: dos 157 indivíduos limitados ao concurso político enquanto presidentes de Câmara, 43% apresentaram-se às eleições autárquicas de setembro de 2013 no lugar de candidatos a presidente da Assembleia Municipal. Mais uma vez a estatística decorrida do facto social em análise demonstra uma tendência regular no acontecimento que abraça a totalidade dos componentes do campo partidário. A distribuição relativa entre os partidos (Gráfico 4) revela a presença do mesmo tipo de solução transversal nas estratégias da generalidade dos partidos políticos a que não escapa o que deveria ser um caso particular, e logo diferenciado, como é o esperado dos independentes que apresentaram 50% de candidaturas de ex-executivos ao órgão deliberativo. Este número é acompanhado pelos partidos conhecidos como “os partidos de esquerda” (PS, 50%; CDU, 50%) cujos ex-presidentes do órgão executivo, dispostos a presidir o órgão deliberativo municipal, mostraram ser em maior número relativo aos dos partidos tidos como “situados à direita” (PSD, 38%; PSD-CDS, 29%), ainda assim demonstrando que no campo decisional partidário a solução preconizada de querer fazer presidentes de assembleias municipais, indivíduos impedidos de ser presidentes de câmara, revela uma linha de conduta similar em toda a esfera partidária.

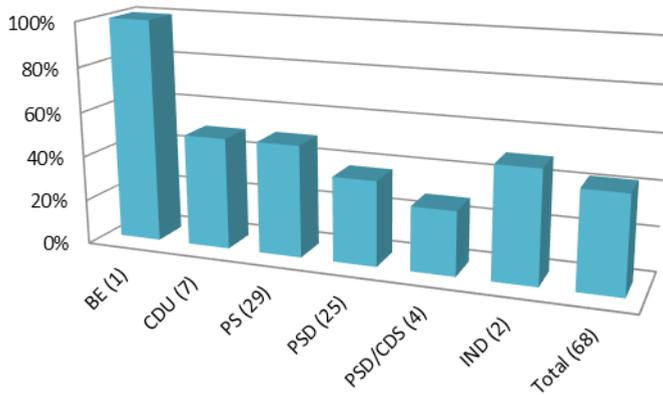


Gráfico 4: Distribuição, por partido, de edis “impedidos” (%), candidatos à presidência da Assembleia Municipal (n=68)

Para além da transversalidade partidária, esta escolha de mais de 43% dos impedidos revela até que ponto pode ir a noção de sobrevivência

política uma vez que, no caso, é notada a necessidade destes se manterem ativos tanto no partido como num lugar que, pouco ou muito, também é um lugar de representação na medida em que depende dos votos dos eleitores. A visão eleitoral mostra-se aqui presente dado que, na maior parte das vezes, os indivíduos com currículo político longo são apresentados como exemplos de dedicação “à causa pública” – forma objetiva de esconder a causa partidária – e, em seguimento, aproveitados pela sua capacidade de manipulação eleitoral e mobilização de recursos de vária ordem (Ansell & Fish, 1999).

Na ordem autárquica portuguesa, o cargo de Presidente da Assembleia Municipal revela-se um lugar de representação simbólica mas nem por isso de poder simbólico (Bourdieu, 1989). Simbólico aqui refere-se à transformação do indivíduo num ícone reconhecido mas sem capacidade ativa nem forma de converter a sua carga simbólica em autoridade.

O investimento político colocado na disputa do lugar de candidato a presidente da assembleia municipal é praticamente nulo, o que faz com que o rosto surgido seja, regra geral, um cidadão com propriedades veneráveis adquiridas profissionalmente, reveladas na dimensão económica e reconhecidas socialmente como distintas (Bourdieu, 1979). É alguém com elevado capital social mas nem por isso possuidor de idêntica medida de capital político, aliás, desnecessário pelos motivos relacionados com o objetivo aludido, no caso, a ocupação de um cargo onde a figura do poder máximo se compõe segundo a capacidade de seguir determinada ritualização habitual sem que os seus créditos pessoais tenham, na prática, qualquer utilidade. O facto do líder do órgão deliberativo constituir um dos menos visíveis cargos políticos coloca a figura do seu presidente num plano político praticamente inferior ao de presidente de junta de freguesia, na medida em que este, pelo menos, ao gerir um orçamento, sustenta-se em algum poder económico (Bourdieu, 2006). Do ponto de vista das práticas, o presidente da assembleia municipal é um homem posto num momento que exige pouco dos homens e marca mais o momento (Winkin, 1999).

O aparecimento de ex-executivos autárquicos dotados de alto capital político ocupando lugares de valor destituído de qualquer poder simbólico diminui o círculo de recrutamento e introduz um elo de fechamento partidário. O partido toma para si a responsabilidade de acolher profissionais que, na sua carreira política, também lhes dedicaram toda a vida, reconhecendo-lhes não só o direito mas também a obrigação de continuarem a ser acolhidos e de se manterem no centro das decisões. Dessa forma, o partido como que armazena o capital de experiência legado por esses

profissionais, compondo as expectativas de quem não tem outras perspectivas profissionais para além da política.

As estratégias engendradas para a manutenção do poder como modo de existência pessoal ultrapassam, em certas circunstâncias, a simples ideia de persistência do indivíduo para realização ideológica individual denotando outras motivações, na maior parte das vezes, inconfessadas. Quando abordadas em público pelos média, mesmo em circunstâncias visíveis e facilmente constatadas como soluções dominadas por razões económicas, os motivos invocados são invertidos, colocando-se o ónus da necessidade não no indivíduo, mas no cargo. É o cargo que precisa da pessoa e não o indivíduo quem necessita do cargo. A experiência, o capital de conhecimento e a posse das qualidades para o lugar, constituem os elementos curriculares colocados em evidência pública com vista a promover a desertificação de outras pretensões ao cargo.

5. PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS

Se a grande cidade gera seres marcados pela diferença a partir de consciências atravessadas pela diversidade da vida social e económica onde a realização profissional se confunde com a realização pessoal, é manifesta a “oposição profunda frente à pequena cidade e à vida no campo, com ritmo mais lento, mais rotineiro e de fluxo mais uniforme da sua imagem sensível-espiritual da vida” (Simmel, 2009, p. 4). Os sentidos relacionais desenrolam-se segundo as configurações psicossociais decorrentes da natureza dominante nas sociografias, “sobretudo o carácter intelectualista da vida anímica peculiar à grande cidade, em face do psiquismo consentâneo com a pequena cidade, que se apoia antes no ânimo e nas relações pautadas pelo sentimento” (Simmel, 2009, p. 4) dando-se o recorte fronteiro das diferenças quando é produzida qualquer análise comparativa entre os domínios “grande cidade”, “cidade” e “campo”.

Na aplicação dos pressupostos de Simmel, o campo da política portuguesa e, especificamente o caso das autarquias locais, configuram o organismo onde se dá uma maior proximidade entre os eleitores e os eleitos. Proximidade deve aqui ser entendida sob significações diferenciadas, distinguidas entre as características dominantes na separação ainda possível entre comunidade e sociedade (Tönnies, 1979), categorização que apresenta duas formas básicas e distintas de sociação: enquanto a “comunidade” sustenta-se no afeto e na emoção, a “sociedade” assenta na instrumentalidade e na razão. A comunidade produz e reforça a sua existência segundo

uma cultura de solidariedade fundada em códigos partilhados pela generalidade dos seus constituintes; a sociedade constrói-se segundo a premissa do progresso, logo inscrevendo na sua génese o princípio da mudança permanente (Tönnies, 1979).

Na significação societária cuja consciência ganha contornos na produção de sentidos gerados na grande cidade (Simmel, 2009), compete para tal desiderato não a distância física entre os agentes mas mais a distância entre agentes e a instituição executiva de representação política mais próxima. A noção de sentidos é aqui colhida segundo fundamentos de individualidade resultante da “intensificação da vida nervosa, que brota da mudança acelerada e ininterrupta das impressões interiores e exteriores” (Simmel, 2009), num processo vivencial no qual é cultivada a “desatenção civil” no entrecruzamento entre indivíduos – que ao olharem-se fazem de conta que se não vêem – (Goffman, 1993), e cuja existência relativiza a importância da instituição autárquica na medida em que esta compete económica e socialmente com instituições de variados domínios pela atenção do indivíduo.

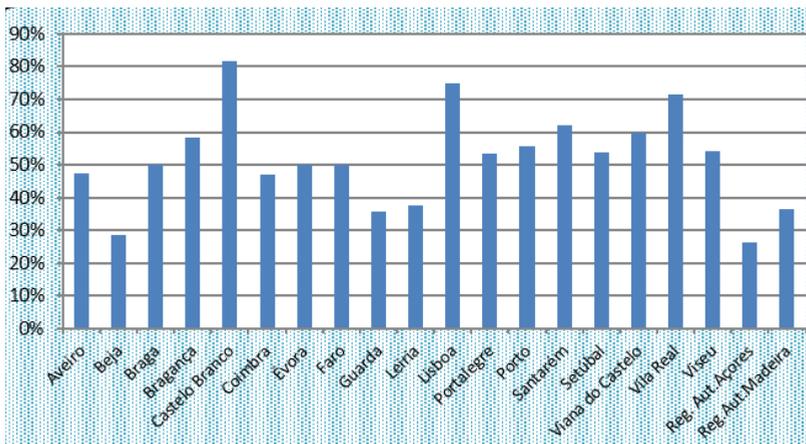


Gráfico 5: Comparação, por distrito, de concelhos com mais de três mandatos em setembro de 2013

Na conotação comunitária, proximidade refere-se à dependência funcional entre atores e às relações de poder que se tornam evidentes quando o espaço se organiza segundo configurações de vizinhança nas quais o conhecimento é produzido em conexões face-a-face entre os detentores do poder e os submetidos ao poder (Colfax, Elias & Scotson, 1966). Por

oposição, proximidade no caso da vivência na grande cidade revela-se na intelectualidade e na forma aparentemente desatenta e desligada uns dos outros como se processa a vivência entre atores (Goffman, 1993). Em certos casos, nomeadamente regiões com dinâmicas económicas menos competitivas, a autarquia e os apêndices organizacionais paramunicipais constituem-se, globalmente, na maior entidade empregadora da região, funcionando como uma entidade que a partir de uma dupla condição – política e económica – forma uma terceira linha conjuntural entre dominantes e dominados com propriedades causais nas dinâmicas sociais produzidas (Bourdieu, 1981).

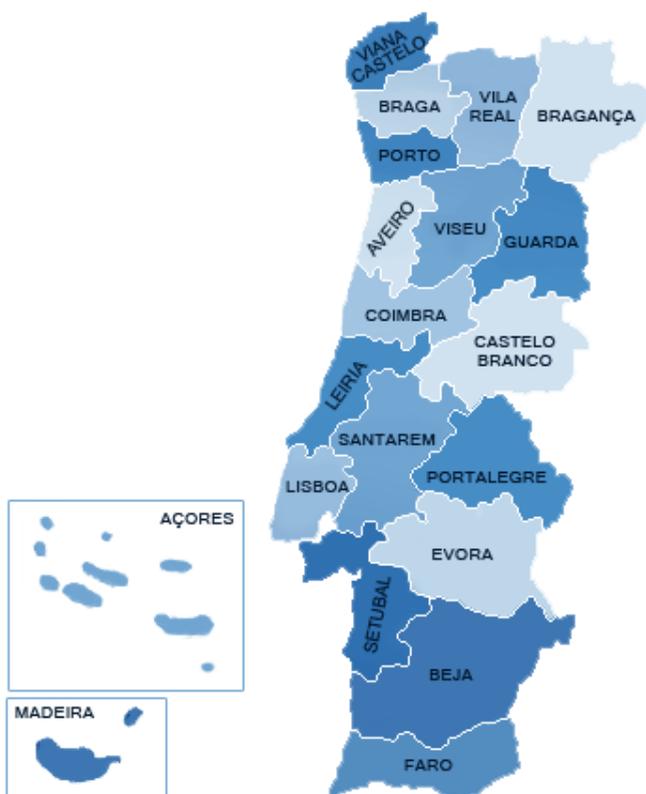


Figura 1: Mapa de Portugal com divisão por distritos

A Figura 1 apresenta 18 distritos que compõem a organização administrativo-política portuguesa. Apesar dessa condição superior no que diz respeito à ordem política, a divisão geográfica distrital de pouco ou

nada serve ao dia-a-dia do cidadão, resistindo¹⁰ apenas porque o seu desaparecimento importaria alterações constitucionais assim como reordenações geográficas na orgânica dos partidos políticos. Paulatinamente esvaziados de funções é, todavia, através dos distritos que se formam os círculos eleitorais legislativos onde são eleitos os 230 deputados da nação, assim como é também através dos distritos que a política organiza a compreensão das suas lógicas e estabelece as suas lutas pela obtenção do poder.

Castelo Branco (82%), Lisboa (75%), Santarém (62%) e Vila Real (71%) são os distritos onde se verificou uma maior apetência para a produção de autarcas com mais do que três mandatos. Na situação inversa, Beja (29%), Guarda (36%), Leiria (38%), Açores¹¹ (26%) e Madeira (36%) apresentam-se como os distritos onde esta circunstância ocorreu com menos frequência.

Este olhar sociogeográfico torna-se ainda melhor compreendido na sua conceptualização se se tiver em consideração um conjunto de distritos cuja presença de presidentes de câmaras com três ou mais mandatos se situaram no intervalo mediano. É o caso de Braga (50%), Coimbra (47%), Portalegre (53%), Setúbal (55%).

Entre o grupo dos distritos com mais histórias de vida longas no poder municipal, os com fórmula contrária e os distritos dominados pela mediana, não se vislumbra nenhum fator diferenciador explicativo de lógicas que autorizem uma classificação simplificadora do fenómeno. A hipótese segundo a qual os distritos do interior, geralmente constituídos por concelhos mais pobres e economicamente mais dependentes e logo, à partida, tendencialmente julgados como possuindo instituições mais facilmente domináveis e dominadas, não se mostra verdadeira. A análise comparativa da situação dos distritos do interior confirma a existência de contrastes entre si: Guarda, Beja, Évora ou Portalegre revelam uma apetência muito inferior aos distritos de Castelo Branco, Bragança ou Vila Real pela eternização em lugares políticos autárquicos.

Esta realidade também se verifica quando se analisam os distritos situados no litoral, agora segundo a pressuposição de que, estando-se perante regiões tendencialmente mais dinâmicas e, logo, mais ricas, se constituía a tendência pela formação de instituições menos dadas ao predomínio

¹⁰ Através do decreto-lei 114/2011 de 30 de novembro, o governo português extinguiu todos os Governos Cívicos transferindo as competências para diversos órgãos administrativos.

¹¹ Apesar de, juntamente com a Madeira se tratar de uma Região Autónoma com estatuto político-administrativo próprio, abordaremos nesta estatística os casos particulares destas duas regiões insulares conjuntamente com os Distritos da região continental.

histórico de um só indivíduo. A realidade dos caos dos distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal e Porto, apresentando altas taxas de concelhos dominados pela lógica da longa ocupação do lugar de presidente do Município, apenas confirma a inexistência de qualquer fundamento que componha o litoral político com uma categorização diferenciadora.

Uma análise geográfico-extensiva baseada na verificação entre os distritos do Norte e do Sul, revela também um atravessamento irregular e descontínuo da estatística. Os distritos de Bragança no norte (58%), Coimbra no centro (47%) ou Faro a sul (50%) apresentam presenças significativas de concelhos dominados por políticos consolidados no lugar.

A proposta de análise dicotômica entre litoral e interior, ou entre norte centro e sul, enquanto geografias produtoras de configurações-tipo na formação de traços distintos e semelhantes pressupostamente verificáveis no campo das práticas da política, revela, na realidade, o seu contrário. Isto é: o mapa de Portugal estatístico manifesta a existência de uma transversalidade que não permite afirmar a existência de diferenças introduzidas por fenómenos sociais diferenciadores.

A interpretação dos números permite a observação da inexistência de um só distrito em que se manifestasse a ausência de casos de narrativas de vida de liderança política de câmaras municipais. Mesmo que no limite se aceitasse uma presença residual como fator de intromissão significativa, tal ocorrência não estaria presente na medida em que o distrito que apresenta a menor frequência de casos é o caso dos Açores (26%), logo seguido de Beja (29%). Impõe-se por isso a confirmação através da dedução, sob forma *popperiana*, de que todos os distritos portugueses apresentam casos significativos de políticos com três ou mais mandatos no seu historial (Popper, 2002), observação constituinte da conjectura, confirmada e estatisticamente não refutada, pelos dados coligidos e comparativamente demonstrados na análise dos 18 distritos e das duas regiões autónomas que compõem a divisão intermédia do espaço político português (Figura 1).

A tendência pela formação de narrativas longínquas na política não ocorre numa região específica nem em circunstâncias de produção social segundo formas dissemelhantes, mas sim de acordo com concepções manifestas como aceitáveis pela totalidade dos indivíduos agindo na comunidade eleitoral. Concebe-se assim um fenómeno social total manifesto nos traços de unidade e aceitação geral através de práticas duráveis, amplamente reconhecidas, aprovadas e instituídas como válidas no *habitus* sedimentado na malha mental da generalidade dos agentes da política. Como explicar todavia a totalidade do fenómeno se aqui foi operada uma divisão

entre comunidade e sociedade? Para se compreender esta mudança impõe-se a consciência da mudança acelerada ocorrida na arquitetura social em Portugal. Se na década de 1970 “o quadro *comunitário* era uma referência central para a cultura camponesa – o suporte das relações sociais no *interhabitus*, no interconhecimento, na entreaajuda, e a sua idealização simbólica na lógica da reciprocidade entre iguais” (Silva, 1993, p. 300) marcava os ritmos e a organização das vivências assentava em texturas urdidas sob estratégias coletivas, “as mudanças socioeconómicas das últimas décadas introduzem-lhe elementos de desestruturação” (Silva, 1993) incorporando transfigurações e novas configurações traçadas por riscos hodiernos.

Com as transformações de sentido introduzidas pela industrialização do espaço agrícola e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a conceção diferenciada na produção da vontade, apartada entre a vontade geral e vontade arbitrária enunciada por Tönnies, afirma-se mais como uma fórmula próxima da tipologia pura (Weber, 2010) na abordagem de um fenómeno social do que uma classificação possuída pela noção de probabilidades mutáveis, decorrentes de alterações de consciência e incorporação de novos valores de adesão coletiva. A vontade essencial, pensada como uma forma de ser e agir sobressaída da relação do indivíduo com a natureza, manifesta em ações básicas e instintivas de cariz espontâneo e irrefletidas, e a expressão civilizacional imaginada na perspetiva de uma vontade arbitrária concebida segundo preceitos de controlo da reflexividade das ações humanas tendentes a fins precisos (Tönnies, 1979), deu lugar a uma formulação de combinação de sentidos nos quais prevalece a propensão para vivências concebidas segundo escolhas individuais e a formação estratégias empreendidas num espeço de possibilidades diferenciadas.

A interpenetração do rural e urbano nas estruturas das relações não se manifestam exclusivamente no campo das organizações políticas ou mesmo das práticas dos agentes constituídos como profissionais da política mas, antes, trata-se de uma realidade revelada em vários estudos que vieram demonstrar a existência de atravessamentos identitários diversificados na formação de novas identidades que já não podem ser apenas acoetidas e inscritas nas figurações originais e nos modos de classificação assentes exclusivamente na geografia de determinado espaço. A passagem dos tempos entrecruzou várias realidades constituídas sob vivências em sociabilidades dominadas por uma espécie de “encruzilhada de tempos sociais” (Silva, 1993, p. 414) dando lugar à formação a um hibridismo transversal a todos os domínios da sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é visível, esta construção do profissional durável conta com o beneplácito ativo e reconhecido da maior parte da assembleia de voto e tem como aliado o tipo de aspirações coletivas instituídas no seio da sociedade em apreço. A escolha da comunidade eleitoral está muito ligada à identificação coletiva dos agentes mais dotados no domínio do jogo em disputa.

A simbiose que se estabelece entre o corpo societal e o agente político decorre de especificidades localizadas em cada campo de análise, sendo as explicações e justificações associadas geralmente localizadas no domínio do campo económico (Weber, 2004). A longevidade de políticos em lugares de eleição encontra na constituição de soluções económicas locais o argumento mais usual para explicar a sua condição fenomenal. É no campo económico que se forma a crença, modo substantivo de existir, segundo a qual os melhores jogadores do jogo estão na posse de propriedades específicas (Bourdieu, 1981, 1989) que faz deles a aposta certa.

Qualquer aposta acomoda-se na expectativa do andamento do mundo pessoal ao ritmo do mundo de todos. Trata-se de um processo que funciona “não a partir do próprio crente mas a partir de um plural indefinido (...) que se supõe ser o credor e a garantia da relação crente” (Certeau citado em Martins, 1990, p. 188), e que convoca a esperança sob a forma de convicção dominada pelo acionar em direção ao desconhecido: “acreditar é antes de mais aquilo que faz andar” (Martins, 1990, p. 188), logo, um mover constituído pelas propriedades impulsivas de um fluxo propulsor em que o destino é sempre um lugar na ilha da utopia.

Para que haja crença, “é necessário que haja algures um crer (...) que seja regular e não induza em erro” (Martins, 1990, p. 189). Aceitar-se como figura acreditada é saber que toda a crença parte do próprio político assim constituído. São dele “as propostas”, “as promessas”, “os projetos” e é dele a capacidade de se mostrar capaz de “levar em frente”, portanto, só nele pode residir a faculdade de “remeter a crença para outros que nela acreditam” e, em consequência, exibir-se como “uma garantia contra o ceticismo e a dúvida, obra dos inimigos que assim criam o vazio e impedem o andar” e, antagonicamente, promoveria a impossibilidade de se conhecer o segredo, dessa forma impedindo a revelação das capacidades do político constituído como única certeza da crença. Essa certeza, “‘coisa’ pressuposta que não nos aldraba” inscrita na promessa e no programa, decorre da convicção generalizada que a natureza humana e a imagem da aptidão profissional do político são de tal modo não traiçoeiras ao ponto de, ainda

que perante a afeção individual do engano, subsistir o princípio do contágio circunscrito no princípio de que “mesmo que nós nos enganemos, pelo menos elas não nos enganam nunca” (Martins, 1990, p. 189), premissa que serve de refúgio para todos os crentes em geral e cada um em particular.

A formação de uma crença inelutável aloja uma convicção na malha mental coletiva conjecturada a partir dos sinais entretanto projetados e que são determinantes nas escolhas. Como numa religião, esses sinais concebem-se de acordo com um certo porvir, imaginado segundo uma razão materializada, cujo objetivo esperado deve manifestar-se em forma tangível (Bourdieu & Boltanski, 1976). É na transformação entre o valor esperado do político pela comunidade na sua totalidade e o valor desejado pela mesma comunidade para si, mas já separada na divisão em partes, que se escondem as verdadeiras razões da adoção – ou rejeição –, de um agente político (Foucault, 1990).

Quando se dá a associação entre a comunidade eleitoral e o agente político, funda-se um contrato entre as duas partes cujas obrigações se alicerçam tacitamente em razões económicas (Foucault, 1990). Nessa altura, o agente político constitui-se numa promessa apelando às suas qualidades particulares para se transformar numa crença com propriedades amplas e destacadas, de acordo com a aceção da apreensão coletiva (Foucault, 1975). Na contenda eleitoral, o seu crédito reconhecido como promessa passa a crédito efetivamente concedido (Caillaud & Tirole, 2002; Parsons, 1963). Na qualidade de político instituído e, por isso, capacitado para jogar o jogo da política, o agente deixa imediatamente de lidar com a totalidade para se dedicar à especificidade, aos *problemas em concreto*, o que não é mais do que promover a divisão da totalidade em partes.

No jogo da separação e da divisão, o agente político colocado no lugar do poder explora com parcimónia e mestria a distribuição do seu poder, não pela totalidade, mas no que ele dita ser o mais importante: o premente, o estrutural, o sustentável, o rendível, escondendo com palavras o que só por si já lhe legaria razão mas, mais do que a razão momentânea, palavras que são postas a circular entre os que estão a favor e os que estão contra, os que não se interessam e os que esperam um melhor momento para expressarem a sua opinião (Bourdieu, 1982), desta forma enfraquecendo a força contida na totalidade, dando lugar à fraqueza das discussões marginais das partes (Bourdieu, 1979).

Enquanto totalidade, a comunidade eleitoral apenas se constitui com as suas propriedades coercivas num curto período que abarca a escolha dos políticos candidatos, a disputa eleitoral e a celebração da sua existência

que é também a celebração da sua suspensão. Findo esse espaço, a comunidade eleitoral subsume-se nas malhas invisíveis da sociedade civil, desligando-se de quaisquer responsabilidades fiscalizadoras (Jalali et al., 2012). Entra em estado suspensivo para que a ordem se conceba independentemente dos indivíduos (Himmelboim, 2011). A não ser a obrigação de *acordar* por se dar, repentinamente, um alvoroço na ordem sob a forma de acontecimento escandaloso, a comunidade eleitoral reproduz-se numa cultura (Berman, 1997) provinda de diversidades e tornada numa amálgama híbrida que só dá mostra de existência próxima das datas eleitorais.

Estas circunstâncias ocorrem quando o agente político transforma o crédito acumulado ao longo dos tempos em capital político, o que constitui um tipo de capital não só amplamente reconhecido como também fortalecido através da sustentação de laços estreitados entre a comunidade eletiva.

Para além do capital homologado pelas relações costumeiras da política – que podem ser positivas ou negativas de acordo com a receção eleitoral –, este tipo de capital forma-se através do reconhecimento excecional das partes que se separam da globalidade da assembleia eleitoral – os partidos políticos – para se dedicarem, a tempo inteiro, em atividades distintamente particulares, agindo dentro da órbita íntima do agente político com um triplo objetivo: i) o fragilizar a assembleia eleitoral, ii) o de promover positivamente o agente junto da assembleia eleitoral entretanto enfraquecido e iii) o de tornar as ações do político imprescindíveis, assim reforçando a sua posição na totalidade. Desta associação de interesses resulta o robustecimento económico das partes separadas e a garantia de longevidade no lugar político por parte do profissional da política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, P. (2013). Linking pre-parliamentary political experience and the career trajectories of the 1997 general election cohort. *Parliamentary Affairs*, 66(4), 685–707. <http://doi.org/10.1093/pa/gss030>
- Almeida, J. F. (1984). Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês. *Análise Social*, XX, 583-620.
- Ansell, C. & Fish, S. (1999). The art of being indispensable – Non charismatic personalism in contemporary political parties. *Comparative Political Studies*, 32(3), 283-312.

- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1967). *The social construction of reality. Contemporary sociological theory* (Vol. 51). Nova Iorque: An Anchor Book. <http://doi.org/10.2307/323448>
- Berger, S. (2002). Democracy and social democracy. *European History Quarterly*, 32(1), 13-37. <http://doi.org/10.1177/0269142002032001560>
- Berman, S. (1997). Civil society and political institutionalization. *American Behavioral Scientist*, 40(5), 562-574.
- Best, H. & Cotta, M. (2000). *Parliamentary representatives in Europe 1848-2000*. Oxford: Oxford University Press.
- Bóbbio, N. (1994). *Esquerda e direita – Razões e significações de uma distinção política*. Lisboa: Presença.
- Botelho, A. (2014). Political sociology: State-society relations. *Current Sociology Review*, 62(6), 868-885. <http://doi.org/10.1177/0011392114533213>
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1981). La représentation politique - Éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 36-37, 3-24.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- Bourdieu, P. (1984). La délégation et le fétichisme politique. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 52, 49-55.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (2006). *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras.
- Bourdieu, P. & Boltanski, L. (1976). La production de l'idéologie dominante. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 2(2), 3-73. Retirado de <http://doi.org/10.3406/arss.1976.3443>
- Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 125-137. <http://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>
- Caillaud, B. & Tirole, J. (2002). Parties as political intermediaries. *Quarterly Journal of Economics*, 117(4), 1453-1489. <http://doi.org/10.1162/003355302320935070>
- Colfax, J. D., Elias, N. & Scotson, J. L. (1966). The established and the outsiders: A sociological enquiry into community problems. *American Sociological Review*, 31(5), 727. <http://doi.org/10.2307/2091874>

- Correia, V. (2012). *A dicotomia política esquerda-direita : a problemática da sua validade e atualidade*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Durkheim, É. (2001). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Presença.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1990). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freire, A. (2005). Identidades ideológicas e partidárias na europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa. *Sociologia, Problemas e Práticas* 47, 11-33.
- Gallagher, M. & Mitchell, P. (Ed) (2006). *The politics of electoral systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society – Outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press.
- Goffman, E. (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Herepath, A. (2014). In the loop: A realist approach to structure and agency in the practice of strategy. *Organization Studies*, 35(6), 857-879. <http://doi.org/10.1177/0170840613509918>
- Himmelboim, I. (2011). Civil society and online political discourse The network structure of unrestricted discussions. *Communication Research*, 38(5), 634-659.
- Jalali, C., Silva, P. & Silva, S. (2012). Givers and takers: Parties, state resources and civil society in Portugal. *Party Politics*, 18(1), 61-80.
- Martins, M. L. (1990). *O olho de deus no discurso salazarista*. Porto: Afrontamento.
- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Nöel, A. & Thérien, J.-P. (2008). *Left and right in global politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parsons, T. (1963). On the concept of political power. *American Philosophical Society*, 107(3), 232-262.
- Parsons, T. (1991). *The social system*. Londres: Routledge.
- Pondé, L. F. (2004). *Conhecimento na desgraça - Ensaio de epistemologia pascaliana*. São Paulo: Edusp.

- Popper, K. R. (2002). *Conjectures and refutations: The growth of scientific knowledge*. Londres: Routledge Classics.
- Santos Silva, A. (1993). *Tempos cruzados - Estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Afrontamento.
- Simmel, G. (2009). *A grande cidade e a vida do espírito*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Steyvers, K. & Verhelst, T. (2012). Between layman and professional? Political recruitment and career development of local councillors in a comparative perspective. *Lex Vocalis – Journal of Self-Government*, 10(1), 1–17.
- Tönnies, F. (1979). *Comunidad y asociación*. Barcelona: Ediciones Península.
- Vasquez, J. (1998). *The power of power politics*. Londres: Cambridge.
- Weber, M. (2001). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Weber, M. (2004). *Economia e sociedade - Vol. II*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M. (2005). *Três tipos puros de poder legítimo: Um estudo sociológico*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Weber, M. (2010). *Conceitos sociológicos fundamentais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Winkin, Y. (1999). *Os momentos e os seus homens – Erving Goffman*. Lisboa: Relógio D'Água.

Citação:

Silva, E. & Martins, M. L. (2017). A cultura da entronização e da eternização da elite política. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 73-97). Braga: CECS.